



## As diversas faces da Economia Solidária: entraves e desafios para manutenção de sua gênese

### The various faces of Solidarity-Based Economy: obstacles and challenges for maintaining its genesis

Fernando Camillo Santos Cano<sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup>ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9589-8671>; Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Rio Claro (SP)", doutorando em Geografia, BRAZIL, Email: fernandocamillo007@hotmail.com

Recebido em: 25 de março de 2020; Aceito em: 06 de junho de 2020; publicado em 10 de 07 de 2020. Copyright© Autor, 2020.

**RESUMO:** A presente pesquisa objetivou compreender os entraves e os desafios para manutenção da gênese da Economia Solidária (ES). Dessa forma, foi realizada uma revisão bibliográfica e posterior análise, para caracterizar o cenário enfrentado pelos empreendimentos, bem como, os fatores e motivações que permitem que seus membros os sustentem apesar das dificuldades. Os obstáculos variam de acordo com alguns fatores, quais sejam: conscientização dos consumidores, competição e concorrência, falta de geração de renda, infraestrutura precária, qualificação profissional e recursos tecnológicos escassos. A ES funciona através de decisões horizontalizadas que pressupõem um maior tempo para uma determinação ser democraticamente resolvida. Assim sendo, cabe destacar que surgem entraves da gestão à sua gênese. Portanto, faz-se necessário o presente debate para que esse modelo possível de organização social e econômica coloque-se como resistência em face ao neoliberalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Solidária, obstáculos, desafios.

**ABSTRACT:** The current research aimed to understand the obstacles and challenges for maintaining the genesis of the Solidarity-Based Economy. Thus, a bibliographic review and subsequent analysis were carried out to characterize the scenario faced by the enterprises, as well as, the factors and motivations that allow its members to sustain them despite the difficulties. The obstacles vary according to few factors, such as consumer awareness, competition, lack of income generation, poor infrastructure, professional qualification and scarce technological resources. The Solidarity-Based Economy works through horizontal decisions that assume a long time for a determination to be democratically resolved. Hence, it is worth noting that management barriers arise to its genesis. Therefore, the present debate is necessary so that this possible model of social and economic organization is resisted in the face of neoliberalism.

**KEYWORDS:** Solidarity-Based Economy, obstacles, challenges.

## INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é identificada como um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente, por trabalhadores, sob a forma da autogestão e da cooperação coletiva no ato de produzir, distribuir, poupar e investir. (SINGER, 1998; GODOY, 2010). Dessa forma, sua funcionalidade perpassa o modo diferenciado de produção que, segundo Godoy (2010), não explora a força de trabalho da mesma maneira como no capitalismo e resulta num tempo diferenciado de produção não correspondente ao tempo hegemônico geral da produção.

A perspectiva adotada por nossa linha de investigação, a da Geografia Crítica, apoia-se no pensamento complexo, mais propriamente na lógica dialética para entender a realidade escolhida para análise. Assim, fundamentado em Santos (1986), destaca a importância da forma-conteúdo e como essa relação influencia dialeticamente no espaço. Urge compreender as múltiplas facetas desse complexo evidenciado pela ES, dentre os quais, faz-se necessário caracterizar a dualidade entre as positivities e negatividades na manutenção de sua reprodução.

Na presente pesquisa pretende-se compreender, frente ao dualismo proposto pela ES, a face que enfatiza os desafios e obstáculos para a continuidade das suas relações no território. Dessa forma, objetivamos nessa investigação científica analisar as fragilidades pelo qual a ES está exposta, principalmente, por tratar-se de uma organização social que permeia a tríade: Estado, mercado e sociedade civil.

## PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O método empregado na pesquisa compreende os pares teórico-empíricos, funções-processos, formas-conteúdos, espaço-tempo, natural-artificial como referência analítico-reflexiva, entendidos dialeticamente. Referente ao tipo de pesquisa, esse estudo classifica-se como descritivo por revelar as características de determinado assunto por meio dos seus componentes, procurando avaliá-los (TRIVIÑOS, 1990; GIL, 2009).

A abordagem predominante do artigo é qualitativa dada à característica das análises realizadas a partir do levantamento de dados, tabulação e análise dos dados. O método de pesquisa bibliográfica foi definido por Ebert e Campregher (2017) como

pesquisa realizada em fontes de material já publicado, constituído primordialmente por gêneros científicos, tais como monografias, artigos, teses, dissertações.

Inicialmente, foi realizado o levantamento bibliográfico acerca da temática abordada, selecionando os autores clássicos e contemporâneos da Economia Solidária. Assim sendo, a presente pesquisa foi fundamentada a partir dos seguintes autores, quais sejam: Gaiger (2004), Andion (2005), França Filho (2007), Hespanha e Namorado (2009), Godoy, (2010), Pitaguari e Câmara (2010), Santos e Borinelli (2010) e Cunha (2014).

Posteriormente, os principais conceitos e hipóteses foram tabulados buscando evidenciar os desafios e os entraves da Economia Solidária contemporânea. Por fim, os dados coletados foram analisados, permitindo refletir sobre a Economia Solidária enquanto uma alternativa viável de trabalho, geração de renda e justiça social compreendendo o papel do território, o Estado e a Universidade nesse processo.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A ES historicamente obteve avanços e sucessos que culminaram não somente em sua legitimação e reconhecimento como também na sua consolidação frente a um sistema perverso econômico, ambiental e socialmente. No entanto, a ES ainda encontra dificuldades e desafios para se estabelecer e desenvolver todo o seu potencial plenamente.

Nessa perspectiva, um dos pontos que nos chama a atenção é o tempo. Diferentemente da economia normativa (aquela que se apresenta enquanto norma), a ES funciona através de decisões horizontalizadas que pressupõem um maior tempo para que algo seja decidido democraticamente entre os envolvidos. Mesmo que esse princípio de participação seja não somente imprescindível como também fortaleça a relação entre os envolvidos, ele pode trazer algumas consequências menos positivas.

O processo de decisão sendo coletivo tende a ser mais democrático e participativo, contando com a experiência de todos os participantes e integrando maior riqueza de elementos constituintes. Por outro lado, as decisões, por sua natureza participativa, tendem a ser mais lentas, o que muitas vezes pode se tornar uma limitação ao enfrentamento das

contingências em ritmo acelerado de mudança e inovação na contemporaneidade. (SANTOS, 2002, p. 37).

Pitaguari e Câmara (2010, p. 38) apontam que “as decisões democráticas tendem a ser mais lentas, por sua natureza. Infelizmente, isso pode gerar perda de competitividade para os empreendimentos que enfrentam a concorrência contra as empresas capitalistas”.

Ainda, associada ao fator tecnológico, o tempo nas atividades menos capitalistas tende a ser mais lento, visto que via de regra os avanços tecnológicos estão mais fortemente relacionados à economia normativa, capitalista, que busca o lucro através da modernização tecnológica. Assim, há uma diferença entre o tempo das relações contemporâneas atreladas à dita economia normativa e o tempo da ES.

Nas últimas décadas presenciamos grandes mudanças globais, parte delas impulsionada pelo mais intenso uso e proliferação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) que, entre outros, proporcionou uma aceleração na tomada de decisões no campo econômico: a partir do uso mais abrangente do computador e da Internet as atividades econômicas passaram a ser realizadas a qualquer hora do dia ou da noite independente de sua geografia, desde que haja aparato tecnológico para tal.

Nesse sentido, juntamente ao tempo, a tecnologia em si apresenta-se como um desafio na ES. As tecnologias tais como foram criadas servem ao propósito capitalista de maximização do lucro individual, que não é o objetivo na ES. Dessa forma, é necessário que haja uma readequação tecnológica que seja ao mesmo tempo competitiva e inclusiva que, de acordo com Pitaguari e Câmara (2010), pode estar presentes nas chamadas tecnologias social.

[...] A universidade tem um papel estratégico para economia solidária com o seu potencial para desenvolver e transferir conhecimentos e tecnologias apropriadas para tais empreendimentos, algo que estaria mais próximo do que se vem denominando de tecnologia social. O desafio que se apresenta é restringir o uso das tecnologias convencionais e substituí-las por tecnologias sociais. As tecnologias convencionais não são adequadas à inclusão social, seu principal objetivo é maximizar o lucro privado, característica essa que limita a sua eficácia para a inclusão social. Ela maximiza a produtividade em relação à mão-de-obra, ou seja, quanto maior a quantidade utilizando o menor número de funcionários, mais produtiva ela é. As tecnologias convencionais geram e são geradas pela concentração econômica e política, pois as altas tecnologias existentes estão no poder de poucos e grandes capitalistas, enquanto que os pequenos empresários ficam sempre atrasados, defasados, utilizando técnicas que foram descartadas pelos grandes empreendimentos. Por fim, as tecnologias convencionais, em regra, promovem processos produtivos

ambientalmente insustentáveis seja porque não considera a degradação do meio ambiente como custo, seja porque foi concebida dentro de uma lógica atrelada ao consumismo. (PITAGUARI; CÂMARA, 2010, p. 43-44).

Também, outras dificuldades e desafios da ES que se relacionam em certa medida com a questão tecnológica referem-se à educação, a qualificação profissional e a conscientização dos consumidores.

Se as dificuldades para o aprendizado e para inovação são grandes mesmo para as empresas capitalistas e seus empregados, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, com baixo nível educacional, certamente tais dificuldades serão ainda maiores para os trabalhadores envolvidos em empreendimentos solidários. Principalmente, porque a maioria deles não conseguiu nem ser incluída no mercado de trabalho assalariado, apesar de poucos optarem por esta opção (PITAGUARI; CÂMARA, 2010, p. 43-44).

A educação e a conscientização dos consumidores tornam-se importantes desafios para a ES pelos diversos atrativos que as empresas globais e o grande capital apresentam ao mercado. Desde a redução dos preços até a disseminação de seus produtos através de pesados investimentos em publicidade e propaganda, o sucesso atingido na venda percorre um caminho tortuoso pelo qual os seus consumidores desconhecem.

Desse modo, urge identificar e explicitar as práticas desonestas adotadas pela iniciativa privada em seus meios de produção, que muitas vezes se dão desde o processo inicial de produção até o pós-consumo, assim como evidenciar e disseminar a natureza que o produto da ES origina-se, formando uma sociedade capaz de distinguir e reavaliar a aquisição de produtos que utilizaram a expropriação da mão de obra daqueles que se originaram de um processo de autogestão e cooperação.

Aliada à educação e à conscientização, é necessário que seja priorizada a qualificação profissional dos envolvidos na ES, para que sejam capazes de desenvolver não somente produtos ou tecnologias, mas também atrativos no campo da publicidade e propaganda, que possam agregar valor aos seus produtos. Assim, conforme Pitaguari e Câmara (2010, p. 47-48),

O primeiro desafio é o baixo nível de qualificação profissional dos trabalhadores solidários, e a inadequação das tecnologias tradicionais para a produção em pequena escala. Como visto acima, os estudiosos e defensores da economia solidária apoiam o envolvimento das universidades, particularmente nas suas atividades de pesquisa e de extensão, para a superação dessas duas dificuldades, a produção e transmissão de conhecimento técnico-científico, que são condição fundamental para que os trabalhadores associados em

empreendimentos solidários realizem inovações necessárias, tanto em produtos como em processos de produção, para competir com as empresas capitalistas (PITAGUARI; CÂMARA, 2010, p. 47-48).

Ainda, destacamos a questão financeira, no que se refere ao capital inicial necessário para a organização e o desenvolvimento dos empreendimentos solidários. Com poder aquisitivo restrito os empreendimentos necessitam buscar alternativas que supram a sua demanda e possam torná-los competitivos e, para isso, recorrem tanto à esfera pública, através de incentivos e editais, quanto à iniciativa privada, através do microcrédito oferecido por determinadas empresas justamente àqueles que geralmente não têm acesso às formas convencionais de crédito.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO: DIFICULDADES E DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

De forma geral, para além das questões pontuais anteriormente assinaladas foi constatado que a ES encontra outra dificuldade e desafio central que, ao ser observado atentamente, pode englobar ou complementar as demais: a dependência externa, relacionada principalmente ao Estado, através das Universidades, das incubadoras e dos próprios editais e incentivos advindos de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e/ou federal.

Nesse sentido, podemos perceber que esta se dá especialmente durante os primeiros passos para a organização e consolidação de novos centros e empreendimentos de ES, relacionadas tanto com a necessidade de captação de recursos financeiros, espaços físicos, de infraestruturas básicas, meios de produção e de formação, quanto com o próprio escoamento da produção. Superada essa primeira dificuldade, a partir de uma consolidação inicial desses centros/empreendimentos, o caminho mais potencial para o pleno desenvolvimento da ES se faz através da interligação entre os empreendimentos com os mesmos princípios, ou seja, a criação de redes. No entanto, nesse momento há também a participação direta ou indireta do Estado.

O intercâmbio solidário e a geração de cadeias produtivas complementares parecem ser o caminho mais indicado e promissor para o fortalecimento e viabilidade do modelo de ES. Isoladamente os empreendimentos solidários dificilmente conseguirão sobrepor-se ao grande capital, além da proposta em torno de mudança socioeconômica mais ampla só poder se viabilizar quando

construída em redes capazes de potencializar as ações isoladas de cada empreendimento. Todavia, essas redes solidárias necessitam da integração conjunta de diferentes atores, como governos, ONGs, sociedade civil, escolas e universidades, incubadoras, centros de pesquisa, criando-se assim um processo de desenvolvimento sinérgico e sustentável (SANTOS; BORINELLI, 2010, p. 6).

O Estado, dessa maneira, faz-se necessário desde o início do processo, muitas vezes perpassando por todas as fases de ações dos empreendimentos. Tal envolvimento pode tornar-se perigoso ao passo que é passível de interferência na autonomia dos mesmos, causando certa dependência. Ou, até mesmo, pela interferência direta de novos agentes do Estado nos processos de produção, pelo qual podem introduzir pessoas em empreendimentos solidários ligadas ao Estado para controlar, desvirtuar e/ou manipular os trabalhadores.

O economista Paul Singer, dirigente da SENAES e um dos mais importantes estudiosos e divulgadores da ES no Brasil, compartilha da premissa de que sem a intervenção do Estado às expectativas em relação aos avanços da ES são bastante pessimistas. O Estado seria essencial para apoiar empreendimentos, sobretudo nos primeiros anos de vida, além de criar mecanismos que garantam certa equidade entre as diferentes experiências de ES, evitando-se o gigantismo e a concentração excessiva de poder e renda. O Estado tem papel preponderante como incentivador desse modelo socioeconômico, mediante a disponibilização de linhas de crédito especiais, desenvolvimento tecnológico, assim como, priorizar a compra dos produtos e serviços das redes de ES, de acordo com as necessidades de abastecimento do Estado. Tais estratégias de concessão de privilégios justificam-se como mecanismo de fortalecimento inicial dessas organizações, no entanto não deve permanecer infinitamente a ponto de gerar dependência excessiva e acomodação, mas escalonadas no tempo, de forma a garantir-se um processo de desenvolvimento autônomo (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 18).

A dependência torna-se perigosa quando observamos que as conquistas da ES junto ao Estado têm se convertido na prática como políticas de governo e não como políticas de Estado. Tal fato apresenta-se como um alerta, pois acaba por proporcionar fragilidades nessas conquistas a partir da rotatividade de governos, mesmo que a princípio haja a impressão de que tais conquistas se tornem definitivas e não passíveis de retrocessos.

Não nos parece que em épocas de democracia de baixa intensidade e de desestatização da regulação social em favor do mercado via empresas transnacionais, (SANTOS, 2007) as conquistas da ES em termos de disputa de espaço no aparelho do Estado e por recursos públicos devam ser minimizadas. Essas conquistas são históricas, contudo, não diminuem em nada o fato de que percorre-se um caminho incerto e às vezes arriscado, o que exige muita atenção crítica, criatividade, compromisso e competência. É preciso prevenir-

se contra as armadilhas do “engaiolamento” das demandas solidárias pelas burocracias do Estado, as estruturas de vínculos político-eleitorais e personalismos, e, sobretudo, com as próprias restrições do Estado capitalista. O “sucesso” e expansão da ES devem angariar não necessariamente mais apoio, mas um maior grau de oposição organizada, o que pode induzir a conformismos e retrocessos. As brechas abertas para a expansão e consolidação da ES também podem se fechar (SANTOS e BORINELLI, 2010, p. 20).

A autonomia da ES estrutura-se a partir de uma lógica singular endógena, que luta por melhores condições aos trabalhadores e busca a autoafirmação daqueles socialmente excluídos através da autogestão e cooperativismo. Mas, em sua reprodução os empreendimentos solidários são acompanhados de externalidades que podem se tornar dependências inevitáveis para a manutenção de seu funcionamento, assim como, as forças do Estado, a sociedade individualista desprovida de informações e o mercado aprofundam a competição e a concorrência entre a ES e outras formas de reprodução capitalista. Assim sendo, cabe a ES e seus empreendimentos solidários resistirem as externalidades pelo elo de seus trabalhadores, como resistência ao sistema desigual. Dessa forma, torna-se mais autêntica, quando há assimilação, apropriação das interdependências, ao invés das ordens serem obedecidas. Esta reinterpretção das influências externas parece essencial para conservar a autonomia e a identidade das organizações da ES ao longo do tempo.

Por fim, importa analisar também o caminho recente traçado pela ES no Brasil, no que se refere às suas conquistas junto ao Estado que, ao mesmo tempo, trazem algumas outras inquietações. Nessa perspectiva, apesar de há muito existirem redes e organizações que possam se enquadrar na categoria de ES, somente a pouco mais de uma década no Brasil – mais especificamente após 2003 com a chegada de Lula à presidência –, que esse sistema de trabalho passou a receber legitimidade do poder público federal, quando foi criada uma Secretaria específica para esse fim, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego. Sua ascensão articulada através de redes de incentivo – formação, criação de conselhos, fomento de editais etc. - coexistiu com o esgotamento social provocado pela economia neoliberal, que atingia sua exaustão na América Latina, com altos índices de desemprego e vulnerabilidade social.

Se, por um lado, temos um caráter altruísta na ES, incentivando empreendimentos para pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho, por outro

lado temos um caráter utilitarista por parte da economia de mercado, que aposta na individualização do trabalhador, sendo “chefe de si mesmo”, isentando assim o Estado de suas responsabilidades trabalhistas e sociais.

A medida com que o Estado se isenta das suas obrigações com as ações sociais e trabalhistas, torna-se, cada vez mais, mínimo, caracterizado por exercer papel “neutro” de legislador e árbitro. Dessa forma, desenvolve somente ações complementares ao mercado, uma vez que, as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício, como a ES, pelo qual a pobreza deve ser minimizada pela caridade da iniciativa privada. Assim sendo, o capital privado através de pequenos incentivos aos empreendimentos solidários, “compram” aqueles grupos solidários que necessitam de ajuda e podem vir a controlá-los ou pelo menos a vigiá-los.

As organizações da economia solidária estão sempre em interface com outras esferas sociais, tais como o mercado e o Estado. Estas organizações podem ser definidas como sistemas abertos no sentido estabelecido por Edgar Morin (1983): sistemas que podem nutrir sua autonomia por meio da dependência em relação ao mundo exterior. A subvenção e o apoio recebidos do Estado e do mercado é que permitia, em grande parte, a sobrevivência; mas essas relações algumas vezes se apresentavam como ameaças à autonomia destes grupos, na medida em que exista uma completa submissão das organizações aos imperativos do mundo do sistema (ANDION, 2005, p. 91).

Essa dicotomia foi evidenciada em 2003, quando o desenho do programa “Economia Solidária em Desenvolvimento” incluiu a ação de “Promoção de Inclusão Produtiva”, com execução do Ministério da Assistência Social. Alguns setores de planejamento do governo federal entraram em desacordo na época, alegando que uma ação de caráter “produtivo” deveria ficar a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego, e não ser incorporada a uma pauta social. Houve uma grande preocupação para que a demanda social não fosse utilizada para servir ao capital, mesmo que de maneira indireta.

O incentivo à ES esteve, desde o início, articulado com o Programa Bolsa Família, que previa “Programas Complementares” em seu desenho, demonstrando a intenção de estabelecer através dessa rede uma política de segurança social. Todavia, nos exemplos práticos de sua aplicação, agentes governamentais buscavam nesse setor uma política compensatória para as contradições geradas pelo sistema capitalista, não dando o devido caráter emancipatório e multidimensional que seus idealizadores propuseram.

Destacam-se dois importantes marcos para o fortalecimento da ES no Brasil: a criação dos Conselhos Municipais de Economia Solidária e as Conferências Nacionais de

Economia Solidária (CONAES), com grande participação popular. No caso das CONAES, essa participação significou: 50% de representantes de empreendimentos, 25% de entidades da sociedade civil e 25% de representantes governamentais. As duas edições das CONAES ocorreram em 2006 e 2010.

Apesar de grandes avanços nos dois governos de Lula, a vulnerabilidade veio à tona após a crise econômica mundial de 2008, quando foram realizadas mudanças no documento-base original, criando dificuldades e limites aos empreendimentos solidários, além da redução de recursos internacionais diretos e a retirada de apoio de entidades de assessoria. Foram introduzidas ressalvas nos documentos, vinculando as garantias estabelecidas anteriormente ao bom desempenho da economia nacional, criando assim uma relação de dependência, na qual só conseguiria recuperar novamente o apoio que perdeu mediante a retomada do crescimento econômico baseado nos interesses do grande capital.

As medidas de contenção de crise como o PAC e o IPI reduzido, afetaram significativamente a ES, pois estimulavam o consumo desenfreado de bens industrializados e amenizavam a crise para as grandes corporações através de isenções fiscais, que na outra ponta (microeconomia) significou o enfraquecimento dos empreendimentos que dependiam de estrutura e recursos públicos para seu bom desempenho.

Dentre mudanças ocorridas no eixo da ES, com ressalvas que apontavam a fragilidade política como um fator de inviabilização da manutenção desse sistema com a dependência do Estado, direcionando os empreendimentos para comporem uma agenda política, enquanto movimentos sociais, e não mais apenas uma agenda social vinculada ao governo.

A preocupação em configurar os empreendimentos solidários como movimentos sociais foi uma perspectiva para aumentar a solidez das associações frente ao choque de gestão ocorrido nas trocas de governo, pois mesmo com leis garantindo seus direitos e recursos, a sua efetivação e permanência ainda são reféns dos interesses políticos e partidários. Cunha (2014, p.88) afirma que as principais alterações realizadas para a contenção de investimentos na ES, são:

- a) limites das políticas de compras governamentais, indicando especificamente a necessária revisão da Lei das Licitações; b) limites do acesso ao sistema financeiro e ao crédito, inserindo-se a ressalva de que “os recursos disponíveis

não chegam diretamente aos empreendimentos que muitas vezes não têm informação e conhecimento sobre captação de recursos, sendo acessados apenas por organizações não governamentais da sociedade civil sem fins lucrativos”; c) tendências à “burocratização” das organizações sociais em suas relações com o poder público, transformando-se em “meros executores”, e à “criminalização” dos movimentos e organizações sociais, prejudicando os repasses de recursos; d) dificuldades de compreensão e inserção de governos municipais e estaduais sobre a economia solidária, muitas vezes vista como “política assistencialista e/ou emergencial” (CUNHA, 2014, p.88).

Essa série de medidas afetou diretamente os empreendimentos de todo o país, com alguns dos problemas se duplicando na esfera municipal nos anos seguintes. Frente a interesses políticos e com grande dependência do poder público, as associações lutam hoje para a manutenção da estrutura mínima necessária para a existência do seu empreendimento solidário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a grande expansão e incentivo aos empreendimentos solidários ocorridos na década de 2000, políticas sociais articuladas conseguiram criar mecanismos de autogestão e empoderamento nas camadas mais pobres da sociedade. A participação do Estado se mostrou fundamental para a estruturação das associações e cooperativas, mas careceu de garantias legais da permanência das políticas públicas para além da troca de gestão governamental.

A dependência direta do Estado para garantir o funcionamento dos empreendimentos trouxe grande fragilidade para a resistência e existência desses grupos, frente a uma política de contenção de crise adotada pelo governo federal. A ES conseguiu dar os primeiros passos, mas, atualmente, sofre com retrocessos causados por interesses políticos.

Subsequente à crise econômica iniciamos um período de crise política no país, no qual o desgaste da imagem da classe política contribuiu para o avanço da agenda neoliberal. A desarticulação de microeconomias, a criminalização de movimentos sociais e os ataques a direitos básicos são aspectos relacionados a esse fenômeno. A lógica da individualização do trabalhador, como um “chefe de si mesmo”, retirou a noção de seguridade social, deixando o indivíduo refém da sua produtividade.

A ES tornou-se, cada vez mais, um modelo possível de organização social, sujeita

a ser cooptada a uma função utilitarista ao neoliberalismo, se não se colocar enquanto movimento social de resistência. É necessário que os empreendimentos se engajem para entender a lógica econômica e poderem eleger representantes que defendam de fato um modelo de organização para além do capital.

Nas últimas décadas, a essência caracterizada pelos ideais da ES foi um caminho possível para a redução das desigualdades e o empoderamento dos trabalhadores individuais. Os próximos passos vão depender da atuação dos grupos na luta política por seus direitos, na articulação entre Universidade e Comunidade, frente a um Estado de exceção que tem promovido grandes retrocessos na pauta social.

## REFERÊNCIAS

1. ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/536>>. Acesso em 22 de março de 2018.
2. CUNHA, G. C. Conferências nacionais de economia solidária: acúmulos e desafios no planejamento participativo de políticas públicas de economia solidária. **Mercado de Trabalho: acompanhamento e análise**, n. 57. Brasília: Ipea, 2014, p.88. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3759/1/bmt57\\_confer%C3%AAncias.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3759/1/bmt57_confer%C3%AAncias.pdf)> Acesso em 28 de março de 2018.
3. EBERT, L. A.; CAMPREGHER, J. **Curso Livre de Metodologia da Pesquisa**. Indaial: UNIASSELVI, 2017.
4. FRANÇA FILHO, G. C. de Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, 2007 7(1). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil, 2007.
5. GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582004000400006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000400006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 de março de 2018.

6. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
7. GODOY, T. M. P. de. O espaço e o tempo da economia solidária. *Biblio 3W*. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 30 de agosto de 2010, vol. XV, nº 886. Disponível em: <[http://www.ub.es/geo\\_crit/b3w-886.htm](http://www.ub.es/geo_crit/b3w-886.htm)> Acesso em 21 de março de 2018.
8. HESPANHA, P.; NAMORADO, R. Os desafios da economia solidária, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/536>>. Acesso em 21 de março de 2018.
9. PITAGUARI, S. O.; CÂMARA, M. R. G. da. As Motivações e Desafios para a Consolidação da Economia Solidária. In.: BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio do; PITAGUARI, Sinival Osorio (orgs). **Economia Solidária em Londrina: Aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.
10. SANTOS, L. M. L. do; BORINELLI, B. Socioeconômica Solidária: propostas e perspectivas. In.: BORINELLI, Benilson; SANTOS, Luis Miguel Luzio do; PITAGUARI, Sinival Osorio (orgs). **Economia Solidária em Londrina: Aspectos conceituais e a experiência institucional**. Londrina: UEL, 2010.
11. SANTOS, M. (Org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, p. 121-134, 1986. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/.../13073](http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/.../13073)>. Acesso em: 25 de março de 2018.
12. SINGER, P. **Uma utopia militante. Re-pensando o socialismo**. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998, p. 181- 182.
13. TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlantas, 1990.